



LDO e Relatório de Gestão Fiscal de Nova Iguaçu são discutidos em audiência

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, através da Comissão de Orçamento, Finanças, Fiscalização Financeira e Tomada de Contas, realizou nesta quinta-feira (29/05) duas audiências públicas. A primeira, às 10h, analisou o documento do Executivo que elaborou a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício 2026. Ela foi estruturada a partir dos estudos do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), publicados pelo IBGE em 10 de janeiro deste ano, que fechou 2024 em 4,83%. Com o estudo das diversas fontes de recursos do orçamento vigente, foi possível prever uma receita de R\$ 2,7 bilhões. Na parte da tarde, às 14h, aconteceu a segunda audiência para apresentação do Relatório de Gestão Fiscal referente ao 1º quadrimestre de 2025. **Página 6**





LDO e Relatório de Gestão Fiscal de Nova Iguaçu são discutidos em audiência

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, através da Comissão de Orçamento, Finanças, Fiscalização Financeira e Tomada de Contas, realizou nesta quinta-feira (29/05) duas audiências públicas. A primeira, às 10h, analisou o documento do Executivo que elaborou a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício 2026. Ela foi estruturada a partir dos estudos do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), publicados pelo IBGE em 10 de janeiro deste ano, que fechou 2024 em 4,83%. Com o estudo das diversas fontes de recursos do orçamento vigente, foi possível prever uma receita de R\$ 2,7 bilhões.



Marcelo Rezende, superintendente de Orçamento da Prefeitura



O presidente da CMNI, Dr. Marcio Guerreiro

Marcelo Rezende, superintendente de Orçamento da Prefeitura, que apresentou a LDO, e explicou os anexos da Lei. "Segundo o Anexo de Metas e Riscos Fiscais da Prefeitura, em 2024 a receita primária total teve um aumento de 13%, acima do previsto na Lei Orçamentária. Já a Despesa Total empenhada no período atingiu o montante de R\$ 2,695 bilhões. Os anexos refletem a responsabilidade da administração pública no equilíbrio entre receita e despesa", destacou.

Na parte da tarde, às 14h, aconteceu a segunda audiência para apresentação do Relatório de Gestão Fiscal referente ao 1º trimestre de 2025. Segundo Adriano Nicolau Ferreira, coordenador do Sistema Integrado de Gestão Fiscal

da Secretaria de Fazenda, o índice de gasto com pessoal sobre a Receita Corrente Líquida (RCL) se apresentou em 39,24%, em pleno atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal, que tem como limite máximo estabelecido o percentual de 54%. O índice da dívida consolidada líquida sobre a RCL



Dr. Marcio Guerreiro, Mauricio Morais, Alcimir Gomes, que conduziu a audiência sobre o RGF, Adriano Nicolau, da Secretaria de Fazenda e vereador Igor Porto



Veredores Alcimir Gomes e Dr. Marcio recebem o superintendente Marcelo

foi de 51,25%, o que atende o limite, definido por resolução do Senado Federal, de 120%. A receita corrente líquida apurada no 1º trimestre de 2025 foi de R\$ 2,424 bilhões, referente aos últimos 12 meses.

Os membros da Comissão de Orçamento da CMNI vereadores Dr. Marcio Guerreiro, Alcimir Gomes e Mauricio Morais, juntamente com o vereador Igor Porto, conduziram as audiências.